



JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

### Diego Bonaldo Coelho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Departamento de Relações Internacionais, São Paulo – SP, Brazil (diego.coelho@espm.br).

### Raphael Almeida Videira

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Departamento de Relações Internacionais, São Paulo – SP, Brazil (raphael.almeida@espm.br).

#### Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



## O desenvolvimento de competências por meio da extensão universitária: o caso da Global Jr. ESPM-SP na formação do diplomata corporativo

### The development of skills through university extension: The case of Global Jr. ESPM-SP in the formation of corporative diplomats

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e18020>

Meridiano 47, 18: e18020, 2017

#### Resumo

O artigo apresenta o debate sobre a relevância da extensão universitária como ação para o desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais em graduandos de Relações Internacionais. Para investigação, utilizou-se como fio condutor de análise um modelo específico de atividade extensionista, a empresa júnior, por meio de estudo de caso da Global Jr. da ESPM-SP. Os resultados observados sugerem impactos positivos do empreendimento tanto na formação quanto na empregabilidade dos estudantes, corroborando estudos realizados por Terrim et al (2015) e Barbosa et al (2016).

#### Abstract

The paper presents the debate over the relevancy of university extension as a source of academic and professional skills development in undergraduate students of International Relations. For the investigation it was used a specific model of extensionist activity, the junior company, through the case study of Global Jr. from ESPM-SP. The results which were observed suggest positive impacts of the enterprise both in education and in employment of the students, corroborating with studies conducted by Terrim et al (2015) and Barbosa et al (2016).

**Palavras Chaves:** Extensão universitária; competências; formação acadêmica; empresa júnior.

**Keywords:** University extension; skills; academic education; junior company.

Recebido em 30 de Março de 2017

Aprovado em 25 de Abril de 2017

#### Introdução

**A**s atividades de extensão são consideradas pilares da função universitária, indissociáveis do ensino e da pesquisa. Contudo, embora um campo previsto constitucionalmente e cujas premissas são objeto de escrutínio em fóruns universitários,

os projetos brasileiros de extensão ainda carecem de ampliação da reflexão sobre a sua oferta, práticas, objetivos e potenciais contribuições, além da realização de um número maior de pesquisas que busquem mensurar empiricamente os seus impactos, quer ao meio acadêmico quer à sociedade. Tais demandas adquirem prominência, uma vez que as atividades de extensão contemporâneas são complexas e se situam além da unilateralidade que normalmente o discurso corriqueiro determina ao seu papel, em que muitas vezes é vulgarizada como uma mera ação da universidade no meio social.

É importante ressaltar que, atualmente, a extensão universitária tem se constituído como uma dinâmica interacional e retroalimentativa, configurando-se não apenas em meio de impacto e transformação da sociedade, mas, também, em canal de problematização de suas bases pedagógicas e de espaço estendido por excelência da sala de aula, sendo importante vetor de desenvolvimento de competências mediante aprendizagem experiencial. Trata-se, portanto, de uma atividade que extrapola a simples ideia da universidade atuando na sociedade, passando a ser pensada como o vínculo que justifica e constrói a própria existência das instituições de ensino superior com o seu meio social, seja como impactante, seja como impactado.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo situar a extensão universitária a partir de um paradigma interacional, que a assume como importante vértice da aprendizagem experiencial, capaz de promover por meio de suas práticas influência positiva no desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais dos estudantes. Para investigar este papel defendido para extensão universitária, o artigo promove a discussão acerca de sua relevância para formação de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados aos referenciais acadêmicos de formação e às práticas profissionais das Relações Internacionais. O fio condutor para realização dessa análise foi um modelo específico de atividade extensionista: a empresa júnior, iniciativa recentemente regulamentada no Brasil pela Lei 13.267/2016. Esta escolha se justifica pelos objetivos manifestados por este tipo de atividade, os quais estão arraigados na promoção de oportunidades para que os estudantes apliquem os seus conhecimentos teóricos adquiridos em ensino e pesquisa em experiências com casos reais da sociedade.

Para consecução de seus fins investigativos, utilizou-se como caso de estudo a Global Jr., empreendimento júnior extensionista do curso de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) de São Paulo, cujo projeto pedagógico de formação é de perfil associado à diplomacia corporativa. As opções de investigação por uma atividade de extensão em uma instituição de ensino superior privada e por meio de uma empresa júnior não são ocasionais. Pelo contrário, visam estimular a ampliação do papel do extensionismo no Brasil com relação aos seus modelos, ofertantes e perfil de estudante. Pois, não obstante o debate em curso no País ainda tenda a ser extremamente concentrado e capturado pelas instituições de ensino federais e estaduais, as universidades privadas, bem como em outras formas não públicas de organização do ensino superior, como centros universitários e faculdades, têm incorporado premissas normativas e de fronteira sobre a extensão em suas atividades, com muitas delas, inclusive, com o posicionamento de sua oferta acadêmica tendo no extensionismo um dos seus diferenciais de mercado. Nesse sentido, problematizar o tema e analisar os seus resultados além das tradicionais atividades realizadas pelas

universidades públicas se tornam tarefas importantes para avançar sobre a questão a partir de diversas perspectivas, diferentes potenciais de impactos e troca de experiências.

O artigo está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, são traçadas as concepções de extensão universitária no Brasil e como as suas premissas contemporâneas se associam à ideia e formação por meio de desenvolvimento de competências. Em seguida, é apresentado o caso Global Jr., o qual, mediante os seus princípios e objetivos normativos de extensão, tem alguns de seus resultados avaliados a partir de pesquisa realizada com alunos do curso de Relações Internacionais da ESPM de São Paulo. Por fim, a título de considerações finais, reflexões são realizadas com vistas a discutir a relevância da extensão no mundo contemporâneo.

## A extensão universitária no século XXI: questões brasileiras

Fundamentada em ação pela qual a universidade interage com a sociedade, a extensão universitária assume diversas dimensões da função e dos compromissos sociais da educação superior e pode ser direcionada por diversos objetivos e instrumentalizada de variadas formas e meios. Trata-se de um conceito em permanente construção, fruto de seu tempo, cuja interpretação somente é possível em análise contextualizada, tomando-a como um fenômeno arraigado nos interesses, conflitos e demandas sociais de sua época e realidade.

Inequivocamente, pelas suas características, a extensão universitária já assumiu múltiplas expressões de manifestação e de conteúdo no Brasil ao longo do tempo, com suas ações já sendo objeto de contendas, inclusive. Por um lado, já fora tema de desconstrução, como elaborado por Freire (2006), para quem as práticas extensionistas adotaram nos anos militares a ideia de um projeto invasivo e dominador das universidades sobre o conhecimento popular, em nome de uma suposta educação tradicional e de caráter tecnicista e mecanicista para fins governamentais. Por outro lado, em sua concepção mais atual, a extensão universitária, a despeito de ainda assumir em larga medida a ideia de “levar” e “transferir” conhecimentos, tal qual criticada por Freire (2006), tende a ser considerada como uma “via de mão dupla”, por meio do qual as suas práticas buscam promover, a partir e mediante o ensino e a pesquisa desenvolvidos na universidade, trocas de saberes com a comunidade/sociedade, com caráter transformador para ambos, em dinâmica retroalimentar.

Tais posicionamentos no debate brasileiro acompanham a própria trajetória histórica e institucional da extensão universitária no País, que, embora já tenha sido indiretamente demarcada como um campo fundante das universidades desde 1931, quando do Decreto Federal nº 19.851 (Estatuto das Universidades Brasileiras), ganhou seu maior corpo e investimento oficial nos anos militares, período em que se tornou obrigatória, mesmo que limitada em sua atuação, conforme os termos da reforma universitária promovida pela Lei nº 5.540/1968. Todavia, foi somente com redemocratização ao longo dos anos 1980 que a extensão universitária adquiriu a sua constitucionalidade e marcos normativos e institucionais mais robustos, passando a ser indissociável do ensino e da pesquisa. E, recentemente, enfrenta mais intensamente a revisão de seu papel na sociedade e à própria universidade.

Ao longo desse processo de construção e institucionalização, torna-se importante ressaltar que duas fases relevantes ocorreram em relação ao conteúdo, forma e objetivos das atividades extensionistas brasileiras. Na primeira, ainda no início dos anos 1960, a extensão universitária era em grande parte desencadeada por movimentos estudantis e não necessariamente por normativas universitárias. Tratavam-se, pois, de projetos menos acadêmicos e mais políticos, com forte viés ideológico. A predominância das ações era de caráter assistencialista. Não por acaso, uma das primeiras medidas do governo militar instaurado no Brasil pós-1964 foi o de restringir esse tipo de prática extensionista, cerceando os objetivos políticos pretendidos. Porém, no segundo momento, já sob governos militares, o extensionismo universitário passa a ser obrigatório, e a sua condução dada sob liderança dos corpos diretivos das universidades, relegando a participação discente a segundo plano, uma vez que não necessariamente era desencadeada a partir dela ou para ela. Nesse contexto, as práticas extensionistas adquiriram vertente voluntarista, tendo como uma de suas principais bandeiras o Projeto Rondon.

De toda a maneira, em ambas as situações, quer por meio de atividades assistencialistas dos estudantes, quer no voluntarismo via universidades, a extensão universitária ainda era restrita em sua concepção, desvinculada da pesquisa e do ensino, em que também se sobrelevava o seu caráter pouco problematizador. As suas principais formas de manifestação eram por meio de cursos, treinamentos e/ou estágios, em ações, não obstante ativas, pouco retroalimentares para própria formação e às pesquisas acadêmicas. Foi somente com a redemocratização que a extensão universitária no Brasil começou a adquirir novas formas, porque novos anseios sociais e civis postos, o que, inevitavelmente, redirecionou os seus objetivos para novos terrenos, com ampliação de sua atuação em anos recentes.

Com a retomada do Estado Democrático e de Direito no Brasil, as atividades extensionistas das universidades começaram a refletir demandas e questões decorrentes do fortalecimento e da formação de uma nova sociedade civil, sendo entendidas mediante outra lógica: um eixo central e estruturante da função universitária, com fins interacionistas e reciprocamente transformadores, capaz de retroalimentar a própria função social da universidade, o que permitiu alçar as suas práticas a um status indissociável do ensino e da pesquisa.

A institucionalização desse debate ocorreu em 1987, quando da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), cujos resultados, a partir de sua auto-organização, se refletiram na normatividade contemporânea brasileira dos ideais do extensionismo universitário – reiteradamente revista e atualizada desde então por meio de encontros periódicos. Ademais, foi exatamente nesse contexto de ampliação do debate extensionista e de sua nova roupagem normativa que as suas práticas adquiriram constitucionalidade, dada por meio do Artigo 207 da Constituição de 1988, que determina que as universidades “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, com a sua promoção posta, em grande medida, nos anos 1990, pelo inciso VII, artigo 43, da Lei nº 9.394/1996 (LDB), o qual estabeleceu como uma das finalidades universitárias a extensão.

Nos dias atuais, é possível observar que a reflexão sobre o conteúdo, formas e objetivos da extensão universitária no Brasil tem sido conduzida de maneira mais abrangente e inclusiva, todavia focada na relevância de suas práticas como eixo funcional da existência universitária, em interações universidades-sociedade-Estado. Nesses termos, ao analisar as manifestações dos encontros nacionais

do FORPROEX desde 1987 até 2015, percebe-se que todas as discussões e ações, com número de aderentes crescente, têm sido conduzidas no País com vistas a pensar em como promover ações extensionistas capazes de não apenas impactar o meio social, mas, fundamentalmente, em reconfigurar a própria lógica, conteúdo, devir e papel das universidades. Um processo que, se por um lado, potencializa a tradicional visão de que a extensão é o meio pelo qual a universidade pode – e deve – “levar” os seus conhecimentos para a sociedade, por outro lado, também abre frente para que esta dinâmica não seja unilateral. Ou seja, ao estar na sociedade, a universidade, pela extensão, também realiza a autocrítica, problematiza e se retroalimenta de questões, demandas e direções apontadas pelo seio social.

Os documentos mais sólidos e recentes de todo esse debate no âmbito do FORPROEX são o Plano e a Política Nacionais de Extensão. Em ambos, constata-se a forte inclinação à institucionalização da extensão mediante a sua concepção de “via de mão dupla”, cujos resultados já reverberam e se institucionalizam: nas políticas públicas nacionais, como no próprio Plano Nacional da Educação (que incorporou a extensão como meta, além de incorporá-la ao currículo formativo), nos quesitos avaliativos institucionais (SINAES) utilizados pelo Ministério da Educação (MEC), no início de um Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXT), dentre outros.

O conteúdo mais normativo da extensão universitária a partir do FORPROEX e de sua consequente institucionalização nas políticas públicas e no ordenamento jurídico brasileiros tem se organizado em torno de cinco diretrizes, a saber: i) interação dialógica, ii) interdisciplinariedade e interprofissionalidade, iii) indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, iv) impacto na formação do estudante e v) impacto e transformação social (FORPROEX, 2012). Como é possível observar, essas diretrizes contemporâneas, constituídas pelos atores-chave da extensão, estão fortemente arraigadas na ideia do papel transformador da universidade na sociedade e da sociedade na universidade, mediante um intenso diálogo e transdisciplinariedade.

Porém, embora em franca evolução, a extensão universitária, em seu debate mais normativo e institucional contemporâneo, ainda parece em grande medida restrita à esfera pública do ensino no Brasil, não obstante, a partir do final do século XX, tenha se assistido a uma expansão do ensino superior privado no País. Como consequência, foi inevitável um novo olhar às práticas extensionistas. Afinal, ainda que alinhados institucional, normativa e constitucionalmente com a extensão universitária e as suas práticas, porque legalizadas, as instituições de ensino superior privadas podem possuir o seu conteúdo extensionista mais ou menos confluentes com as diretrizes atuais do setor estatal, dados diferentes objetivos.

Importante reconhecer, de imediato, que tal dinâmica não necessariamente significa contradição ou anulação da extensão universitária, mas de seu inevitável reposicionamento. Pois, mesmo que diante de interesses particulares, as universidades privadas são, acima de tudo, organizações com fins públicos. Assim, seja qual for a forma de organização de ensino superior privada (universidade, faculdade, centro universitário etc.), a extensão universitária é tratada como eixo estruturante, com muitas dessas instituições formalizando as suas políticas de extensão e instâncias gestoras de suas práticas. Para muitas, aliás, a extensão universitária tem sido objeto de posicionamento de mercado,

uma vez que as suas práticas podem se tornam ativos atrativos às matrículas, porque potencializadores de uma formação mais transdisciplinar, engajada e qualificada.

Dessa forma, promover o debate sobre extensão universitária no Brasil significa, antes de qualquer coisa, observar o contexto histórico, político, social e normativo no qual as suas práticas estão sendo debatidas e pensadas, de tal maneira que estas façam sentido ao seu tempo, logo ao seu entendimento. Do mesmo modo de que todos os seus atores ofertantes devem ser incorporados à reflexão, sem uma discriminação apriorística de sua natureza, se privado ou público – como se houvesse certo monopólio, ou, pior, legitimidade, apenas dos atores estatais. Pelo contrário, a identificação da natureza da instituição extensionista deve servir para pensar os seus porquês a partir de seus objetivos com a extensão, e não uma restrição à sua possibilidade.

## A relação entre extensão universitária, aprendizagem e competências

Os pilares contemporâneos da extensão universitária no Brasil (FORPROEX, 2012) não apenas deixam evidentes a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão ou a sua fundamental lógica interacional e transformadora, mas, também, de seu papel na formação do estudante, seja o de ensino público ou privado. Neste campo, em específico, o extensionismo passa a ser assumido como um importante meio de aporte ao ensino, uma vez que permite uma ampliação de suas referências acadêmicas mediante contato direto com grandes questões e problemas da sociedade.

Nesses termos, a extensão universitária adquire um papel fundamental na formação acadêmica, tendo em vista o fato de que a práxis no cotidiano e nas problemáticas sociais possui intenso impacto no desenvolvimento de competências de várias naturezas, porque espaços de aprendizagem experiencial. Conforme os modelos de aprendizagem experiencial fundamentados nos trabalhos de Dewey, Lewin e Piaget, o aprendizado é um processo de natureza conflitiva, cujo desenvolvimento ocorre mediante interação entre indivíduos e ambiente a partir de experiências concretas. Para Dewey (2000), a experiência é parte fundante da aprendizagem, capaz de expor os indivíduos à dúvida e à confrontação, sendo grande motor da reflexão. Com isso, embora existam várias perspectivas sobre a aprendizagem, a experiência tende a ser a sua dinâmica fundante e uma das mais robustas.

A questão adquire relevância, pois, ao assumir os conceitos de competência como a mobilização integrada de capacidades que permitem a ação e a resolução de problemas de maneira satisfatória, como definiu Zarifian (2001), a aprendizagem experiencial é importante meio para o seu desenvolvimento. Afinal, se a manifestação da competência ocorre em função de uma capacidade de mobilizar de maneira integrada conhecimentos, atitudes e habilidades diante de determinada situação, a experiência tende a se tornar um importante background crítico e formativo de seu incremento. Como observou Antonello (2007, p.155), “a competência é um saber-mobilizar, ela não se trata de uma técnica ou de mais de um saber, mas de uma capacidade de mobilizar um conjunto de recursos – conhecimentos, know-how, esquemas de avaliação e de ação, ferramentas e atitudes – a fim de enfrentar com eficácia situações complexas e inéditas”.

Nesse sentido, as práticas extensionistas podem ser importantes meios de experiências para o desenvolvimento e aquisição de competências ao longo da formação dos alunos, uma vez que podem permitir a exposição à realidade que os impelirão a saber mobilizar os conteúdos e ferramentais adquiridos via ensino a partir de pesquisa. Afinal, como bem atestou Manfredi (1998), as competências são em grande parte desenvolvidas, e por vezes adquiridas, por meio de treinamentos ou exercícios. Logo, dado que as práticas extensionistas podem promover – e normalmente o fazem – atividades experienciais, passam a ser consideradas espaços de aquisição e desenvolvimento, em outras palavras de aprendizagem, de competências.

## A empresa júnior como prática extensionista de aprendizagem de competências

A extensão universitária pode se manifestar de diferentes maneiras, as quais normalmente ocorrem a partir de seus fins pretendidos. Quando os objetivos tendem a ser fortemente alinhados com a formação da competência do corpo discente, ainda que não se desconsidere outras frentes importantes, como a transformação social, por exemplo, uma manifestação relevante é por meio da empresa júnior.

Os empreendimentos juniores surgiram na França, em 1967, com objetivo de propiciar a aplicação de conhecimentos para os alunos, sendo estes os responsáveis por toda organização e condução dos trabalhos, sem apoio docente ou das universidades. Posteriormente, dos anos 1980 adiante, o modelo ganha espaço e força em outros países, inclusive no Brasil. Sendo, aliás, em terras brasileiras que esse tipo empreendimento ganhou força, tornando-se uma forma amplamente disseminada, com mais de 400 empreendimentos no País, de acordo com último censo do Brasil Júnior, em 2014. Não por caso, muitos, como a sua própria confederação nacional, já denominam a atuação e expansão desse modelo como um movimento.

No Brasil de hoje, as empresas juniores seguem nova lógica organizativa e de fins, embora não abandone os preceitos iniciais europeus de aplicação prática de conhecimentos pelos estudantes. As grandes modificações, na verdade, encontram-se em seus vínculos institucionais, os quais, agora, são necessariamente com as instituições de ensino superior, no âmbito da extensão universitária, e possuem acompanhamento e orientação docente. E, em que pese a multiplicidade de objetivos, modelos e formas organizacionais e de atuação possíveis a partir dessas características vinculativas que os empreendimentos juniores podem assumir, todos são predominantemente voltados ao desenvolvimento de competências específicas de uma área de atuação profissional por meio da experiência, das práxis.

Em 2016, tendo em vista a dimensão e a relevância do movimento no País, as atividades extensionistas por meio de empreendimentos juniores deixaram de ser exclusivamente normatizadas pelas pró-reitorias de extensão das instituições de ensino superior, passando a serem disciplinada legalmente, conforme Lei nº 13.267. Os termos dessa lei regulamentam a ideia de que a empresa júnior deve ser vinculada à instituição de ensino preferencialmente como extensão e ter suporte acadêmico docente, sendo direcionada, principalmente, para, nos termos do inciso I do artigo 5º,

proporcionar a seus membros as condições necessárias para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos referentes à respectiva área de formação profissional, dando-lhes oportunidade de vivenciar o mercado de trabalho em caráter de formação para o exercício da futura profissão e aguçando-lhes o espírito crítico, analítico e empreendedor;

Nota-se, com isso, que os propósitos legais atuais dos empreendimentos juniores reforçam o pilar extensionista de impacto formativo proposto pelo FORPROEX. E, ademais, pelas as características de seus meios de impacto, isto é, a prática, o faz via aprendizagem experiencial, com destaque ao desenvolvimento e aquisição de competências. Por isso, o próprio ato legal instrui que as empresas juniores devem se relacionar com os conteúdos programáticos de seus cursos, os quais, por conseguinte, fornecem as bases teóricas de suas principais competências demandadas.

Contudo, é relevante ressaltar que a natureza desse tipo de empreendimento e extensão são fortemente adequados para promoção de uma aprendizagem experiencial que confronte dois tipos fundamentais de competências: i) aquelas vinculadas ao objeto no qual os cursos de graduação buscam formar para atuação profissional e, por vezes, ii) aos próprios problemas relacionados à forma de se atuar. Ou seja, promover o desenvolvimento e aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes que não sejam apenas associados à aplicação de know-how específico para resolução de problemas recorrentes e típicos de áreas de atuação, mas, também, dos meios pelos quais esse ato profissional pode ser realizado, o que, às vezes, ocorre pelo trabalho (funcionário) ou, ainda, pela capacidade empresarial (empreendedorismo). E, quer no caso de um funcionário em ambiente organizacional, quer no de empreendedores, as empresas juniores potencializam competências específicas a partir da aprendizagem experiencial para tais fins, uma vez que os discentes assumem todo o processo organizativo e de gestão do empreendimento, assim como os relacionamentos na sociedade ocorrem preferencialmente com o meio empresarial. Tanto que nos próprios incisos III, VI e VII do artigo 5º da Lei nº 13.267, destacam-se como objetivos da empresa júnior

III – estimular o espírito empreendedor e promover o desenvolvimento técnico, acadêmico, pessoal e profissional de seus membros associados por meio de contato direto com a realidade do mercado de trabalho, desenvolvendo atividades de consultoria e de assessoria a empresários e empreendedores, com a orientação de professores e profissionais especializados;

VI – intensificar o relacionamento entre as instituições de ensino superior e o meio empresarial;

VII – promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade ao mesmo tempo em que fomenta o empreendedorismo de seus associados.

Não ocasionalmente, os principais cursos no Brasil que acabam por possuir práticas extensionistas na forma de empresas juniores são as engenharias, seguidas das ciências sociais aplicadas, que, juntas, respondem por 52,6% de total computados no País (Brasil Júnior, 2014). Noutras palavras, áreas cujas profissões e competências são fortemente desenvolvidas no meio empresarial e de mercado.

## O caso Global Jr. no curso de Relações Internacionais da ESPM-SP: motivações e objetivos

O curso de graduação em Relações Internacionais da ESPM tem algumas características peculiares quanto às suas bases pedagógicas ante os demais observados no Brasil. Isso ocorre, pois, ofertado por uma associação privada, que possui uma organização acadêmica de faculdade, a ESPM-SP se assume como uma escola direcionada a algumas frentes de negócios, em que se destacam a propaganda, o marketing, o design, a administração, o jornalismo e os negócios internacionais. Nesse sentido, a sua formação em Relações Internacionais, reconhecida pela Portaria nº 503 de 2011 e renovada pela Portaria nº 703 de 2013, embora siga as premissas, estrutura e identidades clássicas da área no País, enfatiza os negócios internacionais, especificamente a diplomacia corporativa.

A diplomacia corporativa é um campo profissional de atuação recente e emergente, que alvorece no seio da globalização. Afinal, a emergência de uma nova realidade econômica global modificou as determinantes da competição, o que tem descortinado inúmeros desafios às empresas e aos governos. Pela ótica empresarial, verifica-se a conformação de estratégias direcionadas para ganhos de produtividade a partir da alocação de recursos em escala global, o que permite, nesse aspecto, caracterizar a internacionalização como o seu fenômeno contemporâneo mais típico. Vários fatores das últimas décadas corroboram esta análise, tais como: i) o crescimento substancial do comércio internacional; ii) o aumento do investimento direto estrangeiro; iii) o papel central das empresas multinacionais como produtoras na economia global; e iv) a formação de redes internacionais de produção (Castells, 1999; Dicken, 2010).

Nesse contexto, assiste-se ao intenso reordenamento dos fluxos produtivos, comerciais e financeiros internacionais, o que acaba por afetar a maior parte dos agregados macroeconômicos e das dinâmicas microeconômicas dos países, despertando os interesses dos governos, sejam eles de origem ou de destino, a contender por mercados, empreendimentos, recursos e tecnologias capazes de impulsionar e sustentar o crescimento de suas economias.

Diante desse cenário, é possível afirmar que a economia global está caracterizada por uma nova realidade que, pautada pela lógica da competição internacional, tornou a interdependência entre empresas e governos mais evidente, compelindo estes atores a requalificar suas relações e interações a partir da constatação de que seus desempenhos estão consideravelmente vinculados e mediados por interesses mútuos. Como resultado, nota-se, de um lado, que a conformação e o sucesso das estratégias empresariais internacionais passam a incorporar a análise de risco para negócios internacionais, sendo esta fundamentada em diversas condições associadas aos ambientes nacionais e internacionais. Por outro lado, os próprios governos, interessados nas dinâmicas empresariais internacionais visando promover melhorias de seus ambientes nacionais, iniciam forte aproximação e diálogo com atores de mercado, empenhados na formulação de políticas mais alinhadas e efetivas, quer para estimular a inserção internacional de empresas domésticas quer para atrair empresas estrangeiras.

Por conseguinte, é inevitável que novas competências profissionais sejam necessárias para a atuação profissional, com destaque à diplomacia corporativa, à qual pode ser descrita como o conjunto

de procedimentos e ações desenvolvidos pelas corporações com a finalidade atender às exigências econômicas, institucionais, políticas e simbólicas de seus *stakeholders*, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional. Trata-se da demanda por um novo perfil profissional que, de formação multidisciplinar, esteja preparado para atuar em vários contextos políticos, econômicos e culturais; disto emerge a necessidade de profissionais aptos a realizar análises, formular e implantar estratégias de relacionamento entre os mais variados grupos de atores interessados, de modo a implementar entre as corporações um posicionamento mais competitivo em escala global.

É nesse contexto que a ESPM-SP demonstrou estar atenta a tais necessidades contemporâneas do mercado de trabalho e fundamentou o seu curso de graduação em Relações Internacionais, cujo projeto pedagógico mais recente foi elaborado para promover uma formação teórica que, aliada a instrumentos técnicos de aprendizagem experiencial, seja capaz de permitir a seus egressos atuar nesse emergente ofício da diplomacia corporativa. O estudo do projeto pedagógico desta instituição de ensino superior deixa evidente que, ao longo de quatro anos de formação, é objetivo da Escola buscar desenvolver um conjunto de ações e de projetos que sejam direcionados a algumas competências específicas e que são inerentes e imprescindíveis ao exercício da diplomacia corporativa, sendo uma de suas atividades tida como relevante para consecução de tais fins a extensão universitária por meio da empresa júnior.

Assim, em 2013, a ESPM-SP, a partir de uma frente de trabalho constituída por docentes e discentes, criou a Global Jr., um empreendimento extensionista voltado ao desenvolvimento das competências do diplomata corporativo por meio da realização de projetos e proposição de soluções em internacionalização de empresas e de negócios. O objetivo mais explícito dessa iniciativa, manifestado em suas normativas (Resolução do curso e Regimento da empresa), é o de expor os alunos a um processo de aprendizagem experiencial, em que se espera que competências específicas sejam ativamente desenvolvidas e adquiridas.

Nota-se, dessa forma, que, pelo modelo de empreendimento júnior, a ESPM-SP, com a Global Jr., pretende que os alunos participantes dessa atividade extensionista desenvolvam competências por meio da aprendizagem experiencial em duas frentes: interna e externa. Na interna, pretende-se que a exposição aos problemas de estruturação de uma empresa e a sua gestão, o que inclui, Gestão de Pessoas, Marketing, Finanças, Processos etc., aflore e aperfeiçoe noções e práticas empreendedoras, com a competência efetiva de desencadear com alta probabilidade de sucesso uma atividade empresarial. E, em sua dimensão externa, lidar com problemas da realidade das empresas em processos de internacionalização, desenvolvendo, ativamente, a competência técnica de instrumentos de negócios internacionais e conceitual de inovações analíticas.

## O caso Global Jr. no curso de Relações Internacionais da ESPM-SP: algumas evidências

Desde a sua fundação, em 2013, a Global Jr. já teve a oportunidade de ser conduzida por 57 alunos, os quais assumiram diferentes responsabilidades na empresa, participando tanto de sua

condução quanto da realização de projetos com o mercado. Todos os estudantes participantes integram horas complementares em seus currículos acadêmicos, formalizando a prática extensionista como componente do curso. A empresa possui uma estrutura organizacional por áreas (Pessoas e Finanças, Projetos, Relações Institucionais, Marketing e Presidência), com alunos mais experientes assumindo as diretorias e os novos entrantes os cargos de analistas. O acesso à Global Jr. é realizado por meio de processo seletivo semestral, totalmente conduzido pela sua área de Gestão de Pessoas. No último processo seletivo, realizado no primeiro semestre de 2016, foram 56 inscritos, com três alunos selecionados após três fases. O tempo médio de permanência dos alunos no empreendimento é de um ano, com quase todos ascendendo à diretoria ao final de sua estadia.

A Global Jr. conta atualmente com três professores coordenadores, os quais têm por função dar suporte técnico à realização dos projetos e à gestão da empresa, além de dialogar com os alunos constantemente sobre o planejamento e posicionamento da empresa. Em seu portfólio, o empreendimento possui dois tipos de serviços: i) elaboração de soluções tailor-made para formulação de estratégias de internacionalização, que incluem desde o diagnóstico da empresa e do produto/serviço até dos mercados de destino, com objetivo de viabilizar a inserção, posicionamento e expansão internacional pretendida pelo cliente e ii) elaboração de estudos setoriais sobre Cadeias Globais de Valor (CGVs) com objetivo de analisar oportunidades para inserção, melhoria da competitividade e/ou avanço empresarial em seus elos.

A partir dessas duas linhas, diversas parcerias institucionais e de projetos com empresas e setores empresariais e acadêmicos nacionais e internacionais foram realizadas, em que se destacam: i) inteligência de mercado para o Projeto Setorial Sweet Brazil da Apex-Brasil com a ABICAB, que analisou potencial de inserção comercial internacional da indústria brasileira de balas, doces e amendoins em dez mercados pré-selecionados pela entidade, ii) inteligência de mercado para o Projeto Setorial Happy Goods da Apex-Brasil com a ABIMAPI, que analisou potencial de inserção comercial internacional da indústria brasileira de massas, pães e bolos em dez mercados pré-selecionados pela entidade, iii) organização e liderança de missão comercial internacional ao Peru e Chile, no âmbito do Projeto Happy Goods da Apex-Brasil com ABIMAPI, para prospecção qualitativa e in loco de potencial de mercado para ampliação das exportações brasileiras, iv) desenvolvimento do Programa de Capacitação em Negócios Internacionais (PCNI), Módulo Exportação, que, em parceria com vinte associações industriais do Brasil, promove workshops e consultoria para empresas brasileiras em processo de inserção internacional comercial, v) parceria com a Universidad Nacional de Rosario, Argentina, para desenvolvimento e divulgação de boletim bilíngue de monitoramento econômico do Mercosul, dentre outros.

Diante desse cenário, embora com resultados demonstrados pela Global Jr. em projetos na área, é fundamental analisar se tal experiência tem repercutido, de fato, na competência dos alunos, observando, inclusive, a sua empregabilidade. Para isso, foi analisado um conjunto de dados prospectados pela coordenadoria do curso de Relações Internacionais com formandos, com vistas a observar como eles se autoavaliam, a partir de suas experiências no estágio, no desenvolvimento e aquisição das competências formalmente previstas pelo projeto pedagógico da ESPM-SP.

Tais informações foram coletadas para três semestres, com o início no segundo semestre de 2015 até o segundo semestre de 2016. Com base nas informações coletadas, foi possível elaborar um panorama das principais atividades desenvolvidas pelos estudantes de Relações Internacionais da ESPM-SP em seu estágio, por setor de atuação, porte da empresa e rendimentos. Assim, para comparar os possíveis efeitos da atividade extensionista, a análise realizada buscou contrapor contratos de estudantes que participaram da Global Jr. com aqueles que não participaram, bem como o total do curso.

## Análise por porte da Empresa

**Tabela 1:** Percentual de Estudantes por Porte de Empresa

Porte da Empresa	Total	Não Global	Global
Grande empresa (receita: Maior que R\$ 300 milhões)	50,3%	53,8%	13,3%
Média empresa (receita: Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões)	9,1%	8,1%	20,0%
Média-grande empresa (receita: Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões)	5,1%	5,6%	0,0%
Microempresa (receita: Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões)	15,4%	15,6%	13,3%
Pequena empresa (receita: Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões)	20,0%	16,9%	53,3%

A Tabela 1 ilustra a distribuição dos estudantes por porte de empresa. Uma característica que pode ser ilustrada por esta tabela é a prevalência de alunos que participaram da Global Jr. em empresas de pequeno porte. Esta participação é cerca de três vezes maior quando comparado os estudantes que participaram da Global Jr. com aqueles que não participaram (53% contra 16%). Já esta tendência se reverte quando se trata de grandes empresas, em que o estudantes que não participou da Global Jr. possui uma participação cerca de quatro vezes maior nestas empresas que aquele que participou (53% contra 13%).

Tais dados descortinam uma tendência interessante, qual seja, de que o perfil formado pelo curso, mesmo que bem incorporado pelas grandes empresas, aos poucos, começa a ser também demandado pelas empresas de menor porte. Esse dado não é ocasional, e demonstra que a área de Relações Internacionais, principalmente aquela de perfil de mercado, da diplomacia corporativa, passa a ser observada e demandada por empresas menores e brasileiras, em grande parte interessadas na internacionalização. Não por acaso, essa tendência é muito mais intensa para estudantes que foram da Global Jr., uma vez que as experiências com empresas desse perfil por meio de projetos os expõem a esta realidade.

## Análise por rendimentos

**Tabela 2:** Percentual de Estudantes por Faixa de Rendimentos

Remuneração	Total	Não Global	Global
Acima de R\$ 5.000	1,7%	1,9%	0,0%
De R\$ 1.501 a R\$ 3.000	43,4%	43,8%	40,0%
Até R\$ 1.500	51,4%	50,6%	60,0%
Sem remuneração	3,4%	3,8%	0,0%

A distribuição dos rendimentos de bolsa auxílio pelos grupos de estudantes analisados é apresentada na Tabela 2. A distribuição dos rendimentos é praticamente uniforme entre todos os grupos. Para a menor faixa de remuneração (até R\$ 1.500), a concentração de estudantes que participaram da Global Jr é 20% maior nesta faixa quando comparado aos estudantes que não participaram da empresa júnior. Já para a faixa de remuneração entre R\$ 1.501 e R\$ 3.000, a concentração é maior para estudantes que não participaram da Global Jr. Este fato pode ser explicado em conjunto com a tabela anterior, em que estudantes que participaram da Global Jr. possuem os seus estágios em empresas de pequeno porte, que possuem menor condição financeira para pagar uma bolsa auxílio maior.

## Análise por setor de Atividade

**Tabela 3:** Percentual de Estudantes por setor de atividade

Setor Econômico	Total	Não Global	Global
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	33,1%	30,6%	60,0%
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	14,3%	15,6%	0,0%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	12,0%	12,5%	6,7%
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	8,6%	9,4%	0,0%
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	4,6%	5,0%	0,0%
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	4,0%	4,4%	0,0%
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	4,0%	4,4%	0,0%
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	3,4%	2,5%	13,3%
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	3,4%	3,8%	0,0%
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	2,9%	2,5%	6,7%
EDUCAÇÃO	2,3%	1,3%	13,3%
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	2,3%	2,5%	0,0%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	1,7%	1,9%	0,0%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	1,1%	1,3%	0,0%
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	1,1%	1,3%	0,0%
CONSTRUÇÃO	0,6%	0,6%	0,0%
ELETRICIDADE E GÁS	0,6%	0,6%	0,0%

A Tabela 3 ilustra quais os setores que mais contratam estudantes de Relações Internacionais da ESPM-SP. Uma característica similar entre os dois grupos é que o setor denominado “Outras Atividades de Serviços” é o segmento que mais contratou estudantes do curso de Relações Internacionais no período analisado. São atividades que envolvem desde Associações de Classe, passando por empresas de cosméticos e perfumaria. Neste caso, os alunos que participaram da Global Jr., dados os tipos de projetos que já realizaram, conforme observado, possuem experiência em diversos trabalhos com tais associações setoriais, o que pode contribuir para a sua entrada no mercado por meio de tais entidades. O setor industrial é importante para os estudantes, especialmente no segmento de “Indústrias de Transformação”, em que a parcela de estudantes que participou da Global Jr. é de 6%, enquanto os estudantes que não participaram e trabalham neste segmento representam 12%. Uma diferença importante entre tais grupos é que os alunos que não participaram da Global Jr. avaliam como uma boa oportunidade para estágio o segmento financeiro, enquanto que os estudantes que participaram da Global Jr. não consideram este segmento da mesma forma.

Infere-se, desses dados, que os alunos da Global Jr., pelo perfil adquirido pela experiência extensionista, não são destinados ao setor financeiro e, com o tempo, por adquirem competências específicas de consultoria, dada a natureza do portfólio de serviços da empresa júnior, sente-se aptos para explorá-las em outros setores diretamente na atividade de uma empresa, diversificando os contratos.

### Análise por competência

O projeto pedagógico da ESPM-SP, em que também é incluído o seu curso de Relações Internacionais, elaborou um conjunto de competências pretendidas para serem desenvolvidas em seus alunos ao longo de sua graduação. Tratam-se de competências vinculadas aos objetivos da Escola em sua oferta e posicionamento no mercado, nas quais se sobrepõem aquelas demandas pelo mundo contemporâneo dos negócios. A Tabela 4 lista todas as competências definidas pela ESPM-SP e apresenta a apreciação do estudante com relação à relevância da competência desenvolvida para a realização do seu estágio.

**Tabela 4:** Autoavaliação das competências utilizadas no estágio

Competências	Base	Alto	Baixo	Mediano
Pensar criticamente	Total	65,14%	2,86%	32,00%
	Não Global	65,00%	3,13%	31,88%
	Global	66,67%	0,00%	33,33%
Aprender a aprender	Total	76,57%	2,86%	20,57%
	Não Global	76,25%	3,13%	20,63%
	Global	80,00%	0,00%	20,00%
Aprender a reaprender	Total	54,86%	12,00%	33,14%
	Não Global	55,00%	11,88%	33,13%
	Global	53,33%	13,33%	33,33%

continua...

continuação				
Competências	Base	Alto	Baixo	Mediano
Reconhecer e valorizar a diversidade	Total	62,29%	10,29%	27,43%
	Não Global	61,88%	10,00%	28,13%
	Global	66,67%	13,33%	20,00%
Ser ético e ter olhar societal	Total	61,14%	8,00%	30,86%
	Não Global	62,50%	7,50%	30,00%
	Global	46,67%	13,33%	40,00%
Ter uma imagem realista de si próprio, suas características, potenciais e limitações?	Total	64,57%	7,43%	28,00%
	Não Global	65,00%	6,25%	28,75%
	Global	60,00%	20,00%	20,00%
Desenvolver espírito empreendedor	Total	38,86%	26,86%	34,29%
	Não Global	36,88%	26,88%	36,25%
	Global	60,00%	26,67%	13,33%
Melhorar constantemente a si mesmo e o seu entorno	Total	68,00%	6,29%	25,71%
	Não Global	68,13%	6,25%	25,63%
	Global	66,67%	6,67%	26,67%
Organizar informações fragmentadas e utilizá-las de forma estratégica	Total	78,29%	4,57%	17,14%
	Não Global	78,75%	5,00%	16,25%
	Global	73,33%	0,00%	26,67%
Ser responsável, solidarizar-se com seus atos, ser consequente	Total	79,43%	2,29%	18,29%
	Não Global	<b>80,00%</b>	2,50%	17,50%
	Global	73,33%	0,00%	26,67%
Identificar oportunidades no mercado e estruturar projetos relevantes para a sociedade	Total	53,71%	16,57%	29,71%
	Não Global	53,75%	15,63%	30,63%
	Global	53,33%	26,67%	20,00%
Saber trabalhar com constructos provisórios e inacabados	Total	45,14%	11,43%	43,43%
	Não Global	45,00%	11,25%	43,75%
	Global	46,67%	13,33%	40,00%
Enxergar no local o movimento global	Total	59,43%	11,43%	29,14%
	Não Global	58,75%	12,50%	28,75%
	Global	66,67%	0,00%	33,33%
Obter, preservar e sensibilizar a sua rede de contatos	Total	61,14%	7,43%	31,43%
	Não Global	59,38%	7,50%	33,13%
	Global	<b>80,00%</b>	6,67%	13,33%
Resolução de problemas	Total	76,00%	1,14%	22,86%
	Não Global	76,25%	1,25%	22,50%
	Global	73,33%	0,00%	26,67%

continua...

continuação

<b>Competências</b>	<b>Base</b>	<b>Alto</b>	<b>Baixo</b>	<b>Mediano</b>
Ter espírito de equipe	Total	72,00%	6,29%	21,71%
	Não Global	70,00%	6,88%	23,13%
	Global	93,33%	0,00%	6,67%
Exercer gestão estratégica, inovadora e responsável	Total	52,00%	9,71%	38,29%
	Não Global	50,00%	10,00%	40,00%
	Global	73,33%	6,67%	20,00%
Desenvolver soluções inovadoras	Total	50,86%	16,00%	33,14%
	Não Global	49,38%	15,63%	35,00%
	Global	66,67%	20,00%	13,33%
Ser orientado para o resultado	Total	62,29%	9,14%	28,57%
	Não Global	61,25%	10,00%	28,75%
	Global	73,33%	0,00%	26,67%
Demonstrar domínio da norma culta da língua portuguesa	Total	65,14%	6,86%	28,00%
	Não Global	65,63%	6,88%	27,50%
	Global	60,00%	6,67%	33,33%
Utilizar o conhecimento instrumental da língua inglesa	Total	62,29%	13,14%	24,57%
	Não Global	62,50%	12,50%	25,00%
	Global	60,00%	20,00%	20,00%
Aplicar os conhecimentos específicos da área de Relações Internacionais para a compreensão de diferentes contextos políticos, econômicos, históricos, geográficos, jurídicos, culturais e sociais	Total	26,29%	35,43%	38,29%
	Não Global	26,88%	36,88%	36,25%
	Global	20,00%	20,00%	60,00%
Tomar decisões a partir da identificação de problemas, elaboração e avaliação de cenários	Total	57,14%	15,43%	27,43%
	Não Global	56,88%	16,25%	26,88%
	Global	60,00%	6,67%	33,33%
Gerir e acompanhar processos governamentais, não governamentais e corporativos na área internacional	Total	29,14%	44,00%	26,86%
	Não Global	29,38%	44,38%	26,25%
	Global	26,67%	40,00%	33,33%
Avaliar os reflexos da política e economia internacional sobre as dimensões local e regional	Total	40,00%	24,57%	35,43%
	Não Global	40,00%	26,25%	33,75%
	Global	40,00%	6,67%	53,33%
Avaliar criticamente as consequências das políticas governamentais em função dos seus objetivos e conteúdos valorativos	Total	30,86%	35,43%	33,71%
	Não Global	31,25%	35,00%	33,75%
	Global	26,67%	40,00%	33,33%
Identificar e analisar o papel da diversidade cultural na compreensão da cooperação e do conflito nas relações internacionais	Total	28,57%	42,29%	29,14%
	Não Global	28,13%	42,50%	29,38%
	Global	33,33%	40,00%	26,67%

Como é possível observar, de todo conjunto de competências da ESPM-SP, os alunos da Global Jr. tendem a apreciar como mais relevantes ante os demais alunos as competências desenvolvidas e aplicadas em seus estágios em: i) desenvolver o espírito empreendedor; ii) exercer gestão estratégica, inovadora e responsável; iii) desenvolver soluções inovadoras; iv) obter, preservar e sensibilizar a sua rede de contatos; v) ter espírito de equipe; vi) ser orientado para resultado. Tais competências foram destacadas, pois representam um percentual, no mínimo, 20% superior às respostas dos estudantes que não participaram da Global Jr. para a apreciação de nível “Alto” (intensidade que os alunos utilizam tal competência no seu estágio). Como é possível observar, as competências listadas acima (desenvolver o espírito empreendedor; exercer gestão estratégica, inovadora e responsável, e desenvolver soluções inovadoras) apresentam resultados muito superiores entre os estudantes que participaram da Global Jr. O principal destaque dentre estas competências analisadas é o caso de “desenvolver o espírito empreendedor”, com 63% superior em casos de respostas “Alto” para alunos que participaram da Global Jr. O mesmo ocorre com as competências de “exercer gestão estratégica, inovadora e responsável” e “desenvolver soluções inovadoras”, em que os resultados foram mais importantes, porém com números mais modestos para a mesma situação, 47% e 35%, respectivamente.

Percebe-se, de imediato, que os alunos que passaram pela Global Jr. autoavaliam melhor as competências utilizadas em seus estágios frente aos demais alunos, destacadamente naquelas que são diretamente relacionadas às que são desenvolvidas por meio da aprendizagem experiencial da atividade extensionista da empresa júnior. Pois, do conjunto destacado, verifica-se que são todas competências voltadas ao empreendedorismo, gestão, inovação e percepção das dinâmicas globais (internacionalização). Tais dados revelam a alta probabilidade de que a empresa júnior, de fato, tenha impacto positivo no desenvolvimento de competências às quais se propõe como objetivo, ainda que não seja possível afirmar esta relação, dada uma limitação amostral, principalmente o número de alunos da Global Jr. que já respondeu à pesquisa.

## Considerações finais

A extensão universitária avançou muito em conteúdo e prática no Brasil. Todavia, ainda é tema que deve ser mais bem problematizado em amplo debate social, e que não esteja restrito às universidades públicas. Afinal, as instituições de ensino superior privadas também possuem função social, uma vez que formam mão de obra e impactam toda a sociedade com suas ações. Não por acaso, muitas se posicionam fortemente a partir a extensão universitária, considerando-a em todas as suas estruturas e fundamentação de ensino e pesquisa.

Nesse sentido, não é ocioso ressaltar que a extensão universitária deve ser encarada como um processo interacional, em que a universidade não apenas atua na sociedade, mas, mediante tal intervenção, retroalmente as suas próprias bases pedagógicas e frentes de pesquisa. Assim, o extensionismo também se constitui pilar formativo discente, o que inclui, necessariamente, profissionalização e competências para o mercado.

No presente artigo, buscou-se observar a experiência da atividade extensionista no curso de Relações Internacionais da ESPM-SP realizada por meio de uma empresa júnior, a Global Jr. Nesse caso, a justificativa da inclusão da prática extensionista de empreendedorismo júnior no escopo de formação do curso está atrelada à potencialidade que este modelo pode fornecer para o desenvolvimento de competências via aprendizagem experiencial. E, como apresentado, dados prospectados com estudantes do curso de Relações Internacionais da ESPM-SP, após a realização de estágios, não apenas revelaram uma alta empregabilidade observada, mas uma autoavaliação acerca de competências consideradas relevantes no mercado, em que aqueles indivíduos que passaram pela Global Jr. possuem diferenças de percepção quando comparados aos demais, sendo mais acentuadas nos participantes da empresa júnior aquelas em que a experiência extensionista é mais intensa, em que se reforce o empreendedorismo.

Com isso, os dados analisados sugerem o que a literatura brasileira já demonstrou em outras experiências e em outras áreas. Particularmente, a importância das empresas juniores para o desenvolvimento da competência relacionada ao empreendedorismo por meio da participação dos estudantes nestas entidades. Casos ilustrativos podem ser observados, como estudo realizado com empresas juniores na cidade de Teresina, em que os autores encontram resultados que mostram a importância de uma empresa júnior no desenvolvimento da capacidade empreendedora para os estudantes que participam delas, além de ressaltar outras características como o “trabalho sobre pressão”, “liderança”, “aprendizado prático e profissional” e o “crescimento acadêmico” (Barbosa et al, 2016). Em outra experiência, cujo objetivo foi estudar a implementação de uma empresa júnior para o curso de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, as conclusões também mostram que o envolvimento por parte do aluno na empresa júnior de sua formação é fator importante para despertar características relativas ao empreendedorismo e à inovação na vida profissional, além da percepção sobre o bom gerenciamento e condução dos processos relativos ao funcionamento da empresa (Terrim et al, 2015).

Dessa forma, no caso em tela do curso de Relações Internacionais da ESPM-SP, mesmo que não seja possível afirmar diferenças estatisticamente significantes entre os grupos, explora-se a possibilidade da formulação de hipóteses de que a prática extensionista por meio de empresa júnior faça diferença no desenvolvimento de competências mais demandadas pelo mercado, quer ao nível organizacional, no caso em tela aquelas associadas a empreendedorismo e gestão, quer técnico, por meio, na atividade da diplomacia corporativa, na ação constante de vislumbrar a dinâmica global no local. Logo, pensar o extensionismo universitário em Relações Internacionais por meio das empresas juniores pode ser um estratégia relevante para compor a formação do novo profissional da área que, para responder às determinadas demandas do mercado contemporâneo, são compelidos a saber mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes que sejam aderentes a uma lógica empreendedora, de gestão e outras pertinentes às atividades empresariais em um mundo de lógica e competição global, tal qual muito bem caracterizado no escopo de atuação do diplomata corporativo.

## Referências bibliográficas

- ANTONELLO, Claudia Simone. Aprendizagem na ação revisitada e seu papel no desenvolvimento de competências. *Aletheia*, n. 26, 2007. p. 146-167.
- BARBOSA, Flávia Lorenne Sampaio et al. Empresa Júnior e Formação Empreendedora de Discentes do Curso de Administração. *Teoria e Prática em Administração*, v. 5, n. 2, 2016. p. 167-189.
- BRASIL JÚNIOR. *Censo e identidade 2014*. Disponível em: <<http://institucional.brasiljunior.org.br/download?file=Censo+%26+Identidade+2014+-+VF.pdf>>.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 1ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- DEWEY, John. *Democracy and education*. New York: Macmillan, 2000.
- DICKEN, Peter. *Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. 5ed. Porto Alegre: Campus, 2010.
- FORPROEX. *Política nacional de extensão universitária*. 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/relex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- TERRIM, Sara; MELO, Adler Araújo Ribeiro; JÁCOMO, Alfredo Luiz. Empreendedorismo em saúde: relato de um modelo de Empresa Júnior em Medicina. *Revista de Medicina*, v. 94, n. 2, 2015. p. 94-98.
- ZARIFIAN, Phillippe. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.